

ESTADO DE EMERGÊNCIA NÃO PODE SER IGNORADO

# Forças de segurança podem e devem fiscalizar

**Covid-19** Restrições impostas e necessárias têm de ser cumpridas por todos, sem exceção. O “é só hoje” ou “vou ali e já venho” não servem.

Lídia Barata  
lidia.barata@reconquista.pt

O incumprimento das regras impostas pelo atual estado de emergência, sobretudo no que diz respeito ao distanciamento social e ao confinamento na residência, saindo apenas para o estritamente necessário (ir ao supermercado ou à farmácia) é crime de desobediência e punível por lei.

Esta é uma das frases que mais se tem ouvido e lido, mas que nem todos conseguem assimilar, daí a necessidade da sua repetição. Todos, sem exceção, têm de estar conscientes que da soma entre o estar em casa, com o sol que faz na rua, não resulta em férias, nem mesmo quando a esta conta se junta a parcela do fim-de-semana.

Nunca a palavra prevenção fez tanto sentido e nestes

dias, que são já semanas e podem até vir a ser meses, ficar em casa o mais possível é o melhor remédio.

E é por quem insiste em sair e em não guardar o distanciamento social que se impõe que as forças de segurança tenham de reforçar as ações de fiscalização. A renitência em seguir as orientações do Governo, faz circular alguma contrainformação, como a que se tornou pública nos últimos dias, a dar conta que as forças de segurança não teriam legitimidade para perguntar a quem circula na via pública porque o fazem e, caso não seja um motivo urgente, possam pedir às pessoas que regressem a casa, tal como aconselham a que não circulem com o carro lotado, o que contraria as boas práticas. Criou-se ainda o mito de que era obrigatório apresentar uma declaração

da entidade patronal por todos os que têm de sair para trabalhar.

Nesse sentido, o Ministério da Administração Interna enviou às redações um comunicado a esclarecer que as forças de segurança (PSP e GNR) podem e devem continuar as suas ações de fiscalização.

“O facto de não ser obrigatória a apresentação de um documento que justifique a circulação rodoviária em período de estado de emergência, no qual vigora o dever geral de recolhimento, não afasta a plena competência de fiscalização rodoviária das forças de segurança”, afirma, reiterando que as autoridades “têm toda a legitimidade para não só restringir a circulação rodoviária e/ou interromper vias, como para determinar o regresso a casa em todos os casos de

manifesta violação do dever geral de recolhimento”.

A declaração das entidades patronais não é obrigatória, mas o ministro Eduardo Cabrita reconhece que quem entendeu fazê-lo, “facilita a comprovação pelos cidadãos que se estão a deslocar de ou para o local de trabalho, tal como a comprovação de local de residência justifica a deslocação”.

O governante avança que as ações de fiscalização da PSP e GNR vão continuar e apela, uma vez mais, “ao civismo generalizado de todos os portugueses, para que permaneçam em casa e limitem as viagens ao estritamente necessário”.

INQUÉRITO À ATUAÇÃO DO GOVERNO

## Joana Bento tomou posse em comissão parlamentar

Joana Bento, deputada do PS recentemente eleita pelo círculo eleitoral de Castelo Branco, tomou posse no passado dia 24 de março na Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar.

De acordo com uma nota de imprensa do grupo parlamentar do PS, “tomaram posse nesse dia os 17 deputados que integram a Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à atuação do XXI Governo Constitucional no que respeita ao processo de atribuição de apoios na sequência dos incêndios rurais ocorridos em 2017, nos concelhos de Pedrógão Grande, Castanheira de Pêra, Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Arganil, Góis, Peneda, Pampilhosa da Serra, Oleiros e Sertão”.

Joana Bento, deputada do PS, eleita pelo Distrito de Castelo Branco integra a comissão, que é presidida por Paulo Rios de Oliveira deputado do PSD.

“Na primeira reunião foi



pedida a suspensão dos trabalhos da comissão e prazos pelo menos durante o período em que vigorar o estado de emergência, decisão que foi tomada por unanimidade dos deputados presentes. O que aliás foi pelo Presidente da Assembleia da República Eduardo Ferro Rodrigues, quando deu posse à comissão”, refere a mesma nota.

## PROPINAS

# IPCB alarga prazo de pagamento

O Instituto Politécnico de Castelo Branco acaba de anunciar o alargamento do prazo para o pagamento de propinas, pelo período de dois meses.

Com esta medida, resultante do despacho do presidente da instituição, António Fernandes, os alunos da poderão pagar a prestação da propina, prevista para março, apenas no mês de maio e assim sucessivamente, relativamente às restantes prestações.

Em nota enviada ao nosso jornal, o IPCB refere que “esta decisão abrange todos os Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP), Licenciaturas e Mestrados e insere-se no esforço coletivo que o IPCB está a fazer”.



Os alunos poderão pagar as propinas depois

Entre as diferentes ações desenvolvidas pelo Politécnico destacam-se “a substituição de aulas e atividades presenciais por meios alternativos de ensino a distância e a realização de teletrabalho, entre outras”.

De acordo com o Politécnico, “o objetivo da medida é,

fundamentalmente, garantir que todos os estudantes do IPCB possam condições para prosseguir os seus estudos superiores, num período particularmente difícil em que se perspetivavam eventuais novas dificuldades económicas para as famílias”.



Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro - Sul

PDR 2020

ABORDAGEM LEADER

GAL BEIRA INTERIOR SUL 2020

ABERTURA DE ANÚNCIO DE APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

Operação 10.2.1.2 - Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas

Operação 10.2.1.6 - Renovação de Aldeias

Entre 30 de março 2020 e 22 de maio 2020

Os Anúncios e demais informação relevante, nomeadamente legislação, formulário, orientação técnica que inclui a lista de documentos a apresentar, estão disponíveis no portal do PORTUGAL 2020 em [www.portugal2020.pt](http://www.portugal2020.pt), no portal PDR 2020 em [www.pdr-2020.pt](http://www.pdr-2020.pt) e no sítio do GAL em [www.adraces.pt](http://www.adraces.pt), podendo ainda ser obtidos esclarecimentos junto do GAL BIS 2020 através do endereço [galbis2020@adraces.pt](mailto:galbis2020@adraces.pt) ou pelo telefone 272 540 200.



PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020



PORTUGAL 2020



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural  
A Europa investe nas Zonas Rurais